Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Departamento de Jornalismo
Memorial de Projeto Final

O BOLSA

Histórias de vidas do Programa Bolsa Família

Autora: Tamara Miranda Reis Vieira

Orientadora: Márcia Marques

Brasília/DF
Dezembro de 2014

TAMARA MIRANDA REIS VIEIRA

O BOLSA
Histórias de vidas do Programa Bolsa Família

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA

_____
Profª. Ma. Márcia Marques
Orientadora

_____
Profª. Dra. Dione Oliveira Moura
Examinadora

_____
Prof. Dr. David Renault da Silva
Examinador

_____
Profª. Dra. Liliane Machado

A pobreza não é um acidente. Assim como a escravização e o Apartheid,
a pobreza foi criada pelo homem e pode ser removida
pelas ações do seres humanos.
Nelson Mandela

Agradecimentos

A Deus por guiar meu caminho até aqui, sei que ele irá me iluminar e me levará ainda mais longe.

À minha mãe, por ser tudo na minha vida. Uma guerreira, exemplo do que há de melhor em um ser humano. Mãe, toda a sua história de vida lhe ensinou a ser dura, mesmo assim, seu coração é do tamanho do mundo.

Ao Seu Manoel Timbó (*in memoriam*). Ele foi o pai que eu nunca tive, seu sonho era me ver formada e eu sei que, mesmo não estando mais aqui, ele estará me olhando.

Às minhas irmãs, quase mães, que me apoiaram muito, em todos os momentos que precisei.

A todos os entrevistados que me receberam de braços abertos e tiveram paciência nos momentos de gagueira passageira.

À professora Dione, que me acolheu na FAC como filha e foi uma peça muito importante em todo o meu processo de formação.

À professora Márcia, por ter me aceitado nessa orientação mesmo sem me conhecer e se tornou uma grande parceira em todo o processo.

A todos os professores que me ajudaram em todo o processo acadêmico.

Ao Seu Isaías, meu amigo de conversas e grande conselheiro. Uma das pessoas que mais gosto e respeito na FAC.

Aos meus poucos amigos feitos aqui na UnB: Ananda Sarro, Jéssica Moura, Jhésycka Vasconcelos, Jéssica Ferreira, Johnatan Reis, Lara Silvério.

Aos amigos de vida. Não citarei nomes para não correr o risco de cometer injustiças.

Aos meus oito cachorros que são minha alegria todos os dias ao chegar em casa.

Resumo

Este projeto trata de uma grande reportagem produzida para meio impresso sobre pessoas que recebem o Programa Bolsa Família. O objetivo é retratar as histórias dessas pessoas, pouco conhecidas pelo público e raramente retratadas pela grande mídia, mesmo depois de 11 anos de implantação do Programa. O trabalho pretende ainda ressaltar a importância de reportagens humanas em um meio onde a rotina de produção prioriza apenas escutar dois lados, normalmente fontes burocráticas que oferecem visões técnicas, engessadas e, normalmente, arraigadas de preconceitos.

Palavras-chave: Bolsa Família, histórias, políticas públicas, social, reportagem

Sumário

1. Apresentação.....7
2. Objetivos.....9
3. Justificativa.....10
4. Referencial Teórico.....11
4.1 A reportagem social e o jornalismo.....11
4.1.1 O não lugar da reportagem social.....12
4.1.2 O espaço sem fala.....14
4.2 Jornalismo Humano.....16
4.2.1 A desumanização do jornalismo..... 16
4.2.2 A humanização do jornalismo.....17
4.2.3 A entrevista humanizada.....19
4.3 Bolsa Família.....20
4.3.1 Emancipação ou tutela.....20
4.3.2 O Programa e as mulheres.....21
5. Procedimentos metodológicos.....23
5.1 Concepção da idéia.....23
5.2 Primeiros passos.....23
5.3 Apuração conturbada.....24
5.4 O desafio de escrever.....26
6. Considerações finais.....28
7. Referencial Bibliográfico.....30
8. Anexos.....32
Reportagem.....33

1. Apresentação

O conceito de justiça social e cidadania estão intimamente ligados ao de garantia de direitos do cidadão. Marshall (1950) defende que o modelo ideal para que a cidadania seja alcançada é garantindo os direitos civis, políticos e sociais, nesta ordem. Modelo adotado em grande parte da Europa e nos Estados Unidos.

No Brasil, as coisas não aconteceram dessa forma. Segundo Carvalho (2001), os caminhos para chegar à cidadania nem sempre seguem uma linha reta e podem alcançar tipos diferentes de cidadania. No Brasil, o caminho adotado foi primeiro a garantia dos direitos sociais com Getúlio e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), depois os direitos políticos que, paradoxalmente, foram garantidos em um momento de ditadura militar com a ampliação do direito ao voto e, por último, os direitos civis garantidos apenas com a Constituição de 1988.

A Constituição da Cidadania Brasileira é muito avançada e trouxe garantias à população brasileira, todos iguais perante a lei. Mas a mesma constituição que trouxe muitas garantias deixou clara a existência de muitas mazelas sociais. Além de garantir direitos civis, a Constituição Cidadã ampliou, também, as garantias sociais dos cidadãos, ampliando o acesso à previdência social, garantindo políticas públicas na área de saúde ou educação e programas de transferência de renda.

E foi no contexto de elevado número de pessoas na miséria e garantias previstas na constituição que surgiu o Programa Bolsa Família. Ele nasceu em 2003 e veio para unificar diversos programas regionais e federais de transferência de renda. Os objetivos são variados, passando pelo combate da fome e da pobreza e garantias de acesso à educação e saúde.

A grande questão é que o Programa virou uma disputa entre o governo e a oposição, além de ser alvo de bombardeios de críticas negativas por parte de pessoas leigas, ou por não se interessarem pelo assunto ou por não terem informações ou por não quererem buscar informações.

A imprensa tem papel importante nessa disputa de poderes. Grandes emissoras noticiam com frequência informações sobre o Programa, principalmente em períodos eleitorais. Os meios de comunicação tratam de números divulgados por institutos de pesquisa e teses apresentadas

por especialistas. A abordagem da cobertura adotada por cada veículo tem muito a ver com posição política, aberta ou não, do veículo.

Diante de percepções de que a mídia não dá o devido tratamento às questões relacionadas aos resultados e avanços proporcionados pelo Programa e da constatação de que os beneficiários do programa não têm voz, se tornou necessário produzir uma matéria dando voz às pessoas, um espaço onde as pessoas simplesmente contem histórias.

A narrativa foi construída com o propósito de mostrar histórias. A primeira história contada é de irmãs que moram em uma área rural do DF e todas recebem o benefício. Depois vem a história de uma senhora que saiu o Programa por ser analfabeta e foi reinserida depois que foi encontrada por meio da Busca Ativa do Governo Federal. Passa pela história de um casal que está vendo sua vida melhorar e chega à história de uma mãe vivendo um dilema familiar.

Duas histórias falam sobre famílias que devolveram o benefício por conta própria. Mas essas histórias destoam do resto da reportagem. Apesar de 1,7 milhão de pessoas terem devolvido o benefício, não se encontra personagens com tanta facilidade. Para esse tipo de entrevista foi necessário o apoio de fontes fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Para finalizar, a reportagem passa por histórias de ex-beneficiários que têm tudo para ser sucessos.

Esta é uma reportagem em formato bruto, pensada para ser publicada na revista Campus Repórter, após passar pelas devidas adequações. Por esse motivo não está diagramada.

2. Objetivos

Produzir uma grande reportagem sobre pessoas que são beneficiárias do programa Bolsa Família. Com esse produto, pretende-se registrar as impressões, incertezas, histórias e sentimentos das pessoas que passaram pelo Programa nesses 11 anos de existência. Além de contar histórias de variados perfis de beneficiários, objetiva-se também tentar diminuir os preconceitos que existem em torno do Programa, mostrando dados e desconstruindo pré-conceitos.

A intenção é tratar de maneira humanizada e solidária um tema que é pouco, ou de maneira superficial, abordado nos principais meios de comunicação. Com a reportagem, este trabalho pretende levantar reflexões sobre as situações vividas pelos beneficiários.

3. Justificativa

A construção deste trabalho se justifica pelo interesse social e a necessidade de repensar a construção jornalística das pautas que envolvem políticas públicas sociais. O foco é a análise do Bolsa Família, política pública que muitas vezes encontra algum espaço nos jornais, mesmo que o enquadramento não permita que múltiplas vozes se identifiquem. O problema pode ser ainda pior como é o caso das políticas públicas para mulheres, doentes mentais ou dependentes químicos.

A principal motivação foi o fato de não me sentir representada em todas as matérias que eu lia diariamente e que colocavam em dúvida a eficiência do Programa, chegando ao ponto de dizer que beneficiários virariam eternos dependentes do Bolsa. Aquelas matérias não condiziam com a realidade que eu conhecia (minha, de amigos e parentes). Sempre me pareceu surreal uma família que se acomode com um pouco mais que R$ 100/mês ou tenha mais filhos por esse motivo (não estou dizendo que as mulheres não têm filhos, mas acredito que existam inúmeras outras justificativas, como baixa orientação, falta de atendimento básico de saúde).

O programa é usado como uma escada por grande parte dos usuários, essas pessoas não costumam aparecer nos noticiários. Com quais fontes o jornalismo está sendo construído? É melhor ter especialistas falando o tempo todo do que dar cara a essas pessoas?

Onde estão essas pessoas?

4. Referencial Teórico

4.1 A reportagem social e o jornalismo

Nas últimas décadas as políticas públicas ascenderam no cenário nacional. Porém não conquistaram o lugar que se esperava dentro da mídia. Ainda é muito difícil abrir brechas dentro das grandes redações para trabalhar com temas sociais. As reportagens sobre temas sociais exigem muito entendimento por parte do jornalista, uma dedicação que muitas vezes não é possível dentro dos nossos padrões de redação.

> A introdução de pautas políticas sociais integra-se a este movimento de refletir sobre os rumos do jornalismo, podendo reacender as discussões sobre as possibilidades de evidenciar uma função mobilizadora do jornalismo, sem negligenciar o papel de exigir prestações de contas dos governantes (MAIA, 2011).

O jornalismo se tornou, com o passar do tempo, mais e mais especializado, mas não procurou se especializar quando o assunto é políticas públicas, muito por uma pressão econômica.

> Mas, ao contrário do que aconteceu em outras áreas, não se percebe nos mercados das redações um esforço objetivo de promover a especialização dos profissionais para cobertura das políticas públicas em área tão específica, a despeito da centralidade que o tema começa a assumir nas agendas governamentais e públicas
> (…)organização por conteúdo é uma constante no campo jornalístico; entretanto, é preciso evidenciar o papel do setor mercadológico das empresas na cadernalização dos jornais, que associam público, consumo e vendas (MAIA, 2011).

Uma questão muito importante a ser ponderada é saber para quem os veículos de comunicação estão falando. Quem é a mulher que está sendo retratada na revista feminina? Para que homem os programas esportivos estão sendo feitos?

Geralmente os temas tratados nas revistas femininas, mesmo as mais simples, são voltados para mulheres bem resolvidas profissionalmente, que têm acesso a lojas que vendem produtos de marcas famosas. Sendo possível, muitas vezes, encontrar demonstrativos de

produtos que chegam a custar metade de um salário mínimo, renda de grande parcela da população brasileira. Os programas voltados para o público masculino mostram investimentos, além de carros e acessórios caros. Para Biroli (2013) isso se dá porque os jornais estão interessados em falar para um público consumidor.

> Em suma, profissionais de imprensa, leitores e público-alvo dos anunciantes convergem como integrantes de um mesmo universo de pessoas com acesso à riqueza e aos espaços sociais de elite (BIROLI, 2013).

Nesse universo é difícil encontrar espaço para que o social seja retratado. As pessoas até entendem que a pobreza é um problema social e que precisa ser superado pelo estado, mas não admitem que ela seja retratada na forma de ajuda aos pobres. Existe a tendência de achar que a melhor forma de lidar com a pobreza é repreendendo ou os escondendo. E é dessa forma que as pessoas que compram informação gostariam de ver o pobre.

> Por isso, é fácil ignorar a vasta multidão dos pobres. Ou, por outro lado, construí-la como ameaça, numa outra vertente dessa visão do pobre como um "outro" marcadamente distinto da perspectiva a partir da qual o mundo é representado. A glamourização da vida dos privilegiados e a criminalização da pobreza são dois lados de uma compreensão restrita da pobreza a partir do olhar dos bem posicionados, suspendendo as desigualdades como questão (BIROLI, 2013).

4.1.1 O não lugar da reportagem social

Alguns grupos não se sentem representados nessa nova dinâmica midiática. É o caso, por exemplo, das mulheres. Segundo o Projeto de Monitoria Global da Comunicação Social (2005, apud - IPS AFRICA, 2008) as opiniões e vozes das mulheres são marginalizadas nos meios de comunicação social em todo o mundo. Representam apenas 21% das pessoas que figuram nas notícias. Na rádio, constituem apenas 17% dos temas noticiosos, comparado com 22% na televisão e 21% nos jornais.

Mais do que se sentir marginalizadas, as questões relativas a políticas públicas para mulheres são esquecidas. Não existe um espaço reservado no meio midiático para esses tipos de demandas. Os defensores dessas políticas precisam conquistar seu espaço, porém não costumam ter resultados positivos nessa empreitada. É o que defende Mazer:

> A percepção de notoriedade de determinados assuntos contribui para sua legitimidade, assim como a visibilidade de alguns temas gera a supressão de outros da pauta miditática (Wolf, 2008). Além disso, a atenção que se dá aos assuntos ligados a divisão sexual da sociedade é quase nula (MAZER, 2012).

O leitor sente falta desses assuntos. A sociedade sente falta de saber a movimentação que, de alguma forma, já vem sendo percebida na sociedade. Muitas vezes o despreparo do profissional de jornalismo deixa passar assuntos fora das reuniões de pauta.

> É até possível, sob este prisma, que a pauta social quase não apareça nas páginas noticiosas em razão do desconhecimento daqueles que produzem a notícia – desconhecimento das nuances que permeiam os conceitos de 'política pública' e 'política social'. Afinal, "vender" uma pauta social em uma redação exigiria, em primeiro lugar, que esses produtores de notícia – do repórter ao editor da primeira página – vislumbrassem a política social como o que ela é: uma das modalidades das políticas públicas e que, portanto, envolve ações de governo que, em alguma medida, influenciarão o dia a dia do cidadão comum (MAIA, 2011).

Algumas políticas são suscitadas em momentos especiais, como é o caso do aborto. O tema só é tratado no contexto de disputas eleitorais ou votações políticas e jurídicas sobre o assunto. Foi o que aconteceu nas eleições de 2010, quando o tema virou um dos principais temas da disputa à presidência da república, polarizando, principalmente grupos religiosos e grupos feministas.

Nas eleições de 2010 o tema não era pauta de nenhum dos candidatos à presidência, mas tomou uma proporção muito importante no debate eleitoral. Isso gerou uma cobertura jornalística, mas não um debate aprofundado do que é o aborto e as consequências de sua descriminalização para a sociedade. As discussões sobre o assunto foram feitas de forma

superficial. Segundo Doretto (2012) “houve destaque para o tema do aborto, que foi abordado pela temática moral e religiosa, e não como política pública”.

Mesmo com o aumento da demanda por abordagem de pautas sociais a lógica dos profissionais de jornalismo ainda é muito voltada para a procura de fontes oficiais. O jornalista atribui muito valor ao especialista, aos políticos, às assessorias de imprensa, entre outros. O profissional esquece um dos preceitos básicos do jornalismo: diversidade de fontes.

> (...)há um vácuo verificado na cobertura jornalística nacional nessa área: de maneira geral, a imprensa peca ao levantar questões sobre as estratégias públicas em temas sociais, seja por discutir pouco o assunto, seja por debatê-lo de forma superficial ou com poucas (e quase sempre rotineiras) vozes — ainda que certo progresso já esteja sendo observado (DORETTO, 2012).

4.1.2 O espaço sem fala

Algumas pautas de políticas sociais conseguem quebrar a lógica mercadológica e se impõem como assuntos do dia. Porém, mesmo essas reportagens não conseguem se restringir aos critérios jornalísticos, sendo em sua maioria submetidos aos econômicos.

O advento de matérias com essa temática seria a chance para que o jornalismo fosse repensado e que voz fosse dada a novos atores sociais, é o que defende Mazer (2012) “O avanço das políticas sociais nos cenários nacionais e internacional e o aumento da mobilização social trazem indignações importantes para as redações. Esse fenômeno apresenta atores até então excluídos da agenda pública e que ganham visibilidade.” Mas os autores destacam que essa mudança não é automática.

> (…)mas também integra um esforço de repensar o jornalismo. Afinal, as mudanças de paradigma não acontecem sozinhas. Como metodologia de análise será feito um retrospecto conceitual sobre a produção da notícia quem aparece e como aparece, sem deixar de se refletir sobre quem produz e como produz a informação – a partir de um diagnóstico da mídia impressa, sob a ótica da pauta social e as possíveis rupturas neste sentido (MAIA, 2011).

Um exemplo de pauta que consegue quebrar a lógica mercadológica é a pauta ligada a exploração sexual de crianças. Nos últimos anos ela conseguiu aumentar o espaço ocupado na mídia. Segundo o estudo Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração (Landini, 2006) houve um avanço significativo. Ela destaca o aumento de matérias publicadas sobre o assunto, o número de tipos de violências que são tratadas, uma maior profundidade na análise dos casos e a mudança na linguagem utilizada para tratar a pessoa que comete esse crime. Segundo Landini (2006) essa abordagem da mídia é importante, pois torna mais visível crimes que já vinham sendo cometidos há séculos e as pessoas não queriam aceitar. Isso pode causar uma errônea sensação de aumento de crimes, mas é muito importante para que eles sejam combatidos.

Pensar em uma mudança estruturante no jornalismo permearia vários campos, inclusive de interesses, que não estariam dispostos a perder seu poder. O espaço de fala que se esperava obter foi conquistado sem muita expressão. É o que mostra a autora Mantovani em seu estudo sobre a cobertura jornalística do Programa Bolsa Família em setembro e março de 2006. No levantamento a autora conseguiu mapear o espaço dado a cada tipo de voz.

Tipos de vozes	Presença nos textos	Frequência (%)
Político-eleitoral	86	51,8
Técnica	80	48,2
Popular	17	10,2
Empresarial	3	1,8
Movimento Social Organizado	1	0,6

(MANTOVANI, 2009)

Por meio da análise da autora é possível perceber que o principal agente de fala são os políticos e os especialistas. A voz da pessoa que poderia se sentir representada por essa política

social só aparece em 10% dos casos. Mesmo como principal agente da história os populares não conseguem representação.

Para Mantovani (2009) “essa é uma fórmula que mais distancia do que aproxima leitores ou potenciais leitores. Sobretudo quando a maioria desses leitores não consegue se vêem no noticiário. Muito menos se localizar a partir dele”.

4.2 Jornalismo Humano

4.2.1 A desumanização do jornalismo

O jornalismo tem a função social de dar um meio de transformação à sociedade, pretendendo com isso melhorar o ambiente em que vivemos. Vivemos em uma sociedade onde ter acesso à informação é imprescindível para a manutenção da vida social, as informações auxiliam na tomada de decisões das pessoas, que buscam no jornalismo diferentes fórmulas para resolverem os problemas de suas vidas. Como ressalta Lage (2002), “o jornalismo tornou-se essencial à vida das pessoas. Tão essencial quanto respirar. Para viver, é preciso estar informado. É preciso compreender a lógica e a analogia do mundo”.

A principal função do jornalismo é proporcionar à sociedade informações suficientes para que as pessoas se tornassem capazes de conhecer e compreender o mundo. O problema é que se convencionou que o bom jornalista é aquele que consegue dar a notícia em cinco linhas. Fala-se sobre tudo e todos em poucas linhas. Existe uma fragmentação de dados, seleção de informações, pluralização de pensamentos, porém existe também uma manipulação de informações e ocultação de verdades. Para Hernandes (2006) “A notícia é, por sua vez, a hierarquização de fatos, também fruto de uma visão de mundo, dentro de objetivo de despertar curiosidade, crenças, sensações e ações de consumo do próprio meio de comunicação”.

A seleção do que é notícia, em geral é feita com base na linha editorial da empresa de comunicação. Essa empresa representa uma parcela da sociedade, apresentando notícias selecionadas para aquele público. Com isso, os jornalistas desses veículos não se preocupam em

diversificar fontes na hora de apurar sua matéria, costumam se restringir a escutar as mesmas fontes, normalmente formadas por especialistas.

> Por um lado, pode-se inferir que estes órgãos de imprensa publicam matérias dessa maneira porque há uma parcela expressiva da sociedade que pensa desta forma. Não significa, evidentemente, que o todo desta sociedade tenha que concordar com tal comportamento. (...)Eis o primeiro risco ao observador desatento: se concentrar no particular e, descuidadamente, não considerar o todo. Pior, pode cometer a falácia da generalização apressada. (IJUIM, 2014, p.10)

A desumanização do jornalismo tem diversos motivos - superficialidade, público alvo, necessidade de dar notícias rápidas - e acaba gerando diversas consequências. O principal problema da desumanização são as prioridades estabelecidas para a noticiabilidade, já presente desde a pauta. É comum ver jornais priorizando aspectos econômicos, políticos e morais (de uma sociedade conservadora). Além de não escutar pessoas, não formular impressões, não fazer pesquisas, esse tipo de jornalismo é intolerante, ignora direitos e culturas diferentes, desqualifica seres humanos, reforça estereótipos e ajuda a difundir preconceitos.

4.2.2 A humanização do jornalismo

A obrigação do jornalismo é formar e informar. Em poucas linhas é possível informar, mesmo que de formar superficial. Mas o ato de formar requer muito mais pesquisa, dedicação e espaço para desenvolver aquilo que foi pesquisado. O jornalista se relaciona diretamente com as informações e essas informações são geradas por pessoas. Sendo assim, no processo de pesquisa o jornalista não lida apenas com fatos, mas também com humanos.

Humanizar o jornalismo requer uma interpretação de mundo diferenciada, uma interpretação mais íntima “o fundo intimista capaz de tornar a narração viva-humana” (Ijuim, 2002, p.38). Para colocar o ser humano dentro de um texto é preciso mais que escutar o que o outro fala, é preciso usar todos os sentidos e explorar o ambiente, sentir cheiros, tocar coisas e captar emoções.

Para conseguir um material jornalístico humanizado é preciso focar desde a pauta. Esse tipo de pauta requer que o ser humano seja o ponto de partida e o ponto de chegada. Para Ijuim (2002) “O jornalismo humanizado começa antes da pauta, na consciência do ser jornalista. No trabalho de apuração busca versões verdadeiras e não, necessariamente, produz a verdade, pois o repórter não se relaciona com objetos, mas com outros seres humanos envolvidos no processo comunicativo”.

O fator mais importante é que o jornalista sai do posto de dono da verdade e passa para o âmbito da observação e reflexão do que está sendo desenvolvido. Humanizar o jornalismo permite que o profissional perceba e reflita além das técnicas cotidianas “ele desenvolve a função social de comprometer-se com o mundo, de reconhecer que sua autoria responsável deve ser fruto do diálogo social, de sua cumplicidade/solidariedade com o público – os outros seres humanos” (Ijuim, 2002, p.42).

No jornalismo existem várias formas de se trabalhar a questão humana, entre elas a reportagem. A reportagem consegue dar a totalidade necessária ao jornalismo. Esse gênero de texto foi deixado um pouco de lado devido às cobranças de agilidade nas redações, mas é inegável seu papel na intenção de mostrar para as pessoas uma realidade que muitas vezes é nova, uma realidade que nem sempre conhecem e por não conhecerem, não se preocupam.

> De certa forma a ação coletiva da grande reportagem ganha sedução quando quem a protagoniza são pessoas comuns que vivem a luta da do cotidiano. Descobrir essa trama dos que não têm voz, reconstruir o diário de bordo da viagem da esperança, recriar os falares, a oratura dos que passam ao largo dos holofotes da mídia convencional [...] Contar uma boa história humana, afinal, é o segredo da reportagem. (MEDINA, 1999, p.28)

4.2.3 A entrevista humanizada

O modelo tradicional de entrevista não privilegia mais o olho no olho. As entrevistas são rápidas, a maioria das vezes por telefone, a não ser quando é para TV, e ao estilo

questionário, onde o repórter formula perguntas fechadas e já tem em mente exatamente o que quer ouvir e fica chateado quando o entrevistado demora ou não fala o programado. “Em geral, o que menos importa é o modo de ser e o modo de dizer do entrevistado, pois o que realmente interessa é cumprir a pauta que a redação de determinado veículo decidiu (Medina, 2008).

Ainda segundo Medina “A entrevista não pode ser entendida apenas como uma técnica para obter respostas pré-pautadas por meio de um questionário pré-formulado, pois não é desta maneira que se coloca em prática o comunicar, compreendido enquanto interrelação e diálogo” (Medina, 2008)

É difícil quebrar o ciclo das grandes empresas jornalísticas, mas o jornalista precisa entender que também tem grande responsabilidade no processo de humanização das pautas e reportagens. A melhor maneira de mudar o processo é se dispondo a humanizar a forma de fazer entrevista. O jornalista precisa entender a importância de uma entrevista ser feita pessoalmente. Só assim é possível compreender os sinais que o entrevistado emite.

> Quando a pessoa fala, ela fala também com o seu corpo, fala com o seu olhar, fala com os seus gestos, fala com um monte de coisas. A realidade é complexa. E quando ela para de falar, ela não parou de dizer. Ela continua dizendo com o seu silêncio. Ela continua dizendo quando ela hesita. Ela continua dizendo quando ela gagueja. Ela continua dizendo quando ela não consegue falar. (MARIANO, 2011, p.310)

4.3 Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é inovador por apresentar uma proposta quase que inusitada, entregar a família pobres quantias em dinheiro para que pudessem suprir pequenas necessidades em troca de manter seus filhos na escola e com acompanhamento médico regular. O programa foi recebido com muitas desconfianças e algumas pessoas faziam chacotas do tipo “se jogar dinheiro de helicóptero dá mais resultado”. Hoje as chacotas continuam, principalmente nas redes sociais, onde é possível perceber de forma generalizada frases de desprezo e crítica ao jornal.

Mas segundo o Banco Mundial (2013) o Programa é o principal pilar da redução de desigualdades “A desigualdade de renda foi reduzida para um coeficiente de Gini de 0, 527, que corresponde a uma redução de 15%”. Além disso, segundo dados do mesmo Banco, o Brasil conseguiu diminuir pela metade a pobreza da população, caindo de 9,7% para 4,3%.

4.3.1 Emancipação ou tutela

Uma das maiores críticas ao programa Bolsa Família é a possibilidade de gerar uma dependência dos beneficiários. Alguns autores que o tipo de desenho do programa pode manter a população eternamente e dependente da ajuda governamental. Sposati (2003) alerta para o perigo de transformar o a população alvo em “mendicantes institucionais”.

Para o economista indiano Arup Banerji, membro do Banco Mundial, o Bolsa Família não cumpre este papel. Em entrevista concedida à Revista Istoé (2014) Banerji afirmou que acompanha de perto o Programa e destaca que o Bolsa Família tem a fórmula certa para não levar a uma dependência.

> No caso do Brasil, eu não concordo com isso. (Que o programa gera dependência) Em outros lugares do mundo, talvez. O que significa a dependência econômica? Em poucas palavras, seria o seguinte: a pessoa que recebe ajuda chega à conclusão de que é melhor não fazer nada o dia inteiro e não procurar emprego porque o valor recebido compensa. O segredo do sucesso é que o pagamento não seja tão alto que leve a esse tipo de situação nem tão baixo que não dê nem para as famílias se alimentarem. É importante que o benefício não chegue a um salário mínimo. Estudos comprovam: depois de dez anos do Bolsa Família, não há dependência (BANERJI, 2014).

O ex-ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome Patrus Ananias defendeu posição semelhante em artigo que escreveu em 2008.

> Assim, vivemos hoje uma situação onde os programas sociais como o Bolsa Família cumprem com um papel estruturante na construção da desejada emancipação. Isso acontece na medida em que garante uma renda mínima às famílias pobres e busca suprir necessidades básicas, ao mesmo tempo em que se articula com outros programas

> dentro de uma rede de proteção e promoção social para ampliar o acesso a outros direitos (ANANIAS, 2008).

A compreensão a respeito do programa é diversificada e atualmente muitos pesquisadores preferem emitir opiniões neutras e esperar resultados mais consistentes, como por exemplo, os números do Banco Mundial apresentados no tópico anterior. Apesar disso Alves faz uma crítica dura à estrutura do programa

> O PBF é uma boa política emergencial, mas é uma proteção social pela metade. Somente com uma inserção produtiva e a participação efetiva na divisão social do trabalho a população pobre deixará de ser tutelada, atingirá a maioridade na vida social e conquistará a emancipação individual e familiar, produzindo os seus próprios meios de sustento, se constituindo como sujeito autônomo e solidário (ALVES, 2009).

4.3.2 O Programa e as mulheres

O dinheiro mensal do Bolsa Família é entregue à chefe da família. Em mais de 90% dos casos, quem toma conta do dinheiro são as mulheres. É inegável que as mais preocupadas com o lar são as mulheres, sendo assim, o dinheiro nas mãos delas significa mais cuidado com a casa e com os filhos, é o que afirma Suarez (2007)

> A apropriação do Programa pelas beneficiárias se restringe ao recebimento de um dinheiro fixo, que possibilita o melhor cumprimento de sua responsabilidade de cuidar das crianças. Receber o benefício significa, para elas, cuidar melhor das crianças e, frequentemente, cuidar de mais crianças e, portanto, fortalecer seu papel central de maternagem e de coesão do grupo doméstico de que são responsáveis (SUÁREZ; Libardoni, 2007, pag. 139).

Nem todos os estudiosos acreditam que o Benefício seja mais do que uma simples forma de cuidar melhor dos filhos e da casa. É possível notar em uma observação simples que o benefício permitiu que mães solteiras pudessem complementar a renda de seus trabalhos. São mulheres trabalhadoras, mas que encontram nesse benefício a oportunidade de dar uma vida mais digna para seus filhos.

> (...) e a baixa condição social das mulheres, particularmente das não-brancas, restringe severamente a segurança delas e de suas famílias e de que o Programa Bolsa Família é, a política mais significativa do sistema de proteção social do Brasil (SUÁREZ; Libardoni, 2007, pag. 139).

Outro eixo feminino que está se tornando mais independente é o das mulheres que nunca tiveram renda própria, dependendo do marido, e consequentemente se submetiam às vontades do esposo. Segundo os autores do livro Vozes do Bolsa Família: *autonomia, dinheiro e cidadania* (2013), Rego e Pizan, o benefício empodera as mulheres, mesmo que minimamente e escolher é "uma ação decisiva para garantir a humanidade das pessoas".

5. Procedimentos metodológicos

5.1 Concepção da ideia

A ideia inicial era aproveitar o período eleitoral para escrever uma reportagem sobre compra de votos nos municípios com os menores IDH do país. A vontade era largar tudo e acompanhar os meses que antecediam as eleições nos estados do Maranhão e Piauí. A vontade era grande, mas logo veio um lapso de realidade. Tudo isso ia ficar muito caro, além de exigir uma dedicação de tempo que eu sabia não ser possível. Isso sem contar questões pessoais.

Já estava no meio do semestre, fazendo pré-projeto e com uma grande pressão para formar em 2014. Ver que não seria possível executar a ideia inicial era desesperador. Eu precisava pensar em algo urgente. O desespero não durou muito, eu tive um Serendipity e decidi falar sobre o programa Bolsa Família.

A ideia surgiu muito rápido, mas não do além. Dias antes, em uma visita à Caixa econômica, vi que nos caixas eletrônicos tinham propagandas comemorativas em decorrência dos 10 anos do programa. Achei que aquela era a oportunidade para falar sobre as pessoas que se beneficiaram do Programa nesses 10 anos de história. A primeira ideia era fazer uma reportagem quase que comemorativa, tanto que o tema era “Histórias de vida dos 10 anos do Programa” e foi nesse sentido que foi o trabalho de pré-projeto.

Eu fui beneficiária do Programa e vi no meu trabalho a oportunidade para esclarecer algumas questões e, tentar assim, ajudar quebrar pelo menos alguns dos preconceitos. O Bolsa Família não é um Programa perfeito, as pessoas que o recebem não vão ficar ricas em um piscar de olhos. Mesmo depois de dez anos do Programa ainda existem pessoas pobres e essas pessoas continuarão a existir. Mas os resultados são positivos em diversos aspectos, o Programa é um sucesso e foi largamente aprimorado ao longo dos anos e eu me senti na responsabilidade de falar sobre isso.

Além da motivação pessoal, a pauta parecia ser de fácil execução e com fontes bem mais acessíveis que na primeira ideia.

5.2 Primeiros Passos

Com um tema escolhido do meio para o final do semestre e o tempo batendo à porta, fui procurar estudar mais o que era o Programa. Aprofundei a pesquisa e descobri que estava lidando com algo bem maior do que eu imaginava. A corrida para entregar o trabalho no prazo fez com que eu negligenciasse uma questão importante: o Programa havia completado 10 anos em 2013.

Esse fato não mudou muito o meu trabalho, mas acabou mudando o foco. A partir desse momento, o foco do projeto passou a ser os trabalhadores do Bolsa Família. As perguntas passaram a ser “O que essas pessoas fazem para manter suas famílias?” e “Como vivem essas pessoas?”. Mas essas perguntas só apareceram na execução do Projeto.

5.3 Apuração conturbada

O semestre começou com uma bela surpresa. Fui internada, em decorrência de uma crise aguda de asma, logo no primeiro dia do semestre, passei sete dias internada. Sem poder me desligar da máquina de oxigênio, tentava dormir dia e noite, mas o sistema de matrícula e o medo de não conseguir pegar as matérias necessárias para me formar não me permitiam descansar.

Todas as matérias que eu tinha pedido haviam sido negadas e a nova atualização no Matrícula Web não me permitia adicionar outras matérias. Pedi que uma amiga fosse à secretaria e assinasse o documento que garantia minha matrícula na matéria do projeto final e decidi descansar, se caso não conseguisse nem uma outra matéria eu teria que pedir aproveitamento de horas.

Ao sair do hospital, como em um passe de mágica, eu estava matriculada nas duas matérias que eu mais desejava, uma, inclusive, importantíssima para o desenvolvimento deste trabalho.

Totalmente recuperada comecei a articular contatos, principalmente os oficiais. Já tinha noção de algumas pessoas que eu iria entrevistar, mas não tinha noção como encontraria ou abordaria outras pessoas. Fiz alguns contatos que não me ajudaram muito, mas me deram uma ideia de qual caminho seria mais fácil ou mais difícil para seguir.

Foi ai que veio duas grandes turbulências para o meu projeto. A primeira, minha mãe fez uma viagem de quase um mês e me deixou em casa cuidando de oito cachorros. Cachorros são ótimos, mas nessa quantidade eles precisam de uma dedicação muito grande. Já não bastava a quantidade, uma das cadelas resolveu ficar doente e precisou ser internada. Nessa fase eu esqueci totalmente o projeto e virei a dona de casa e mãe de oito filhos.

O segundo problema foi a campanha eleitoral. O Programa, que sempre sofreu críticas no período eleitoral, se tornou motivo de incitações de ódio contra os beneficiários. Nesse período foi muito difícil entrevistar as pessoas, ninguém queria falar.

Fui a alguns lugares, entrei em contato com conhecidos, mas mesmo assim escutei inúmeras negativas. Das pessoas que disseram que falaria para o meu projeto, só um se manteve fiel e está na reportagem. As outras pessoas sumiram.

Minha mãe voltou de viagem em outubro e vendo o meu desespero soltou a inocente frase: “O Aécio vai para o campo atrás de quem precisa entrar no Bolsa Família”. Aquela frase mudou o rumo da minha reportagem. Aécio é o chefe da minha mãe, eles trabalham na Emater/DF e a empresa tem um convênio com o MDS para fazer parte da busca ativa das pessoas que precisam e ainda não estão inseridas no Programa. A Emater realiza a busca no campo.

Em duas ligações acabei ganhando uma lista de pessoas que poderiam ser boas fontes para o meu trabalho e dentro do meu Fusca 78 sai para a área rural do DF. Primeiro fui ao Córrego das Corujas, depois ao Incra 9 e ao Núcleo Rural Boa Esperança. Para complementar a lista de entrevistados tenho pessoas de Samambaia, Itapoã, Bahia e Rio Grande do Norte, esses dois últimos conversei por telefone, contrariando a minha vontade.

As famílias da área rural foram bastante receptivas e sempre faziam questão de que eu

trouxesse algum mimo comigo e já queriam marcar a data da próxima visita. Na área urbana as pessoas estavam mais preocupadas com o que diriam delas e o que eu escreveria. Os moradores da cidade não queriam abrir suas casas e muito menos sua vida.

Em alguns momentos me senti impotente. Foi o caso da Francisca, do Itapoã. Eu não podia fazer nada por ela. Na Boa Esperança eu cheguei dias após um pagamento frustrado, as mulheres receberam aproximadamente metade do que recebem normalmente. Tratei logo de explicar que não podia fazer nada de concreto por elas porque eu não era do governo.

No fim da entrevista frisei que não podia fazer nada, mas que ia entrar em contato com o Cras para saber o que aconteceu, como resposta escutei "Filha, você já fez o que nunca vimos ninguém fazer por nós, você saiu da cidade e veio para o mato só para falar com a gente, quem faz isso?", foi emocionante.

As entrevistas fluíram de forma muito natural, eu cavei fontes, para a maioria eu liguei inúmeras vezes antes de encontrá-las, conversamos bastante e fui muito bem recebida e acabei escutando histórias fantásticas.

5.4 O desafio de escrever

A parte mais angustiante do trabalho foi escrever. Estou estagiando em uma assessoria de imprensa. Apesar de estar sempre escrevendo, são textos padrões e nunca podemos fugir daquilo. Estou sem prática de texto e desde o início da apuração eu já estava tendo crises só de pensar no momento de escrever.

Durante a apuração eu colecionei algumas horas de gravações, precisei decupar parcialmente as entrevistas, mas já tinha anotado as frases mais marcantes e que eu queria na minha reportagem.

Quando eu parei para escrever, já no limite do prazo para entregar o texto, veio outra crise. Comecei a escrever, mas parecia que o texto não fluía. O desenho de texto que eu tinha na minha cabeça não estava funcionando, estava fugindo totalmente da ideia de texto humanizado que eu estava defendendo aqui.

Desesperada, fui falar com a orientadora e então tive um pouco de luz. Dediquei-me a reler reportagens da revista Campus Repórter e algumas do livro o Olho da Rua, da Eliane Brum. Fazia as leituras no ônibus e quando chegava em casa tentava escrever de forma parecida. Quando o texto ficava muito parecido com o que já foi publicado eu reescrevia e dava um pouco mais de mim para ele.

O ponto inicial foi fazer resumos de cada história que eu tinha escutado. Felizmente eu tinha anotado detalhes dos locais que eu tinha visitado, o que eu não anotei a minha memória, muito boa por sinal, me ajudou a lembrar. À medida que eu fazia os resumos ia ficando mais feliz, vi que eu tinha grandes histórias nas mãos e só faltava organizar tudo em uma boa reportagem. As histórias eram longas e muito detalhadas, mas o resumo que eu fiz foi uma grande base. A maioria das histórias foram pouco alteradas depois dos resumos.

O mais difícil foi fazer as ligações entre as histórias e nesse momento eu sofri muito. Comecei a ter crises existenciais e achar que eu estava contando blocos de histórias, mas no fundo era essa a proposta desde o começo. Desisti de colocar algumas histórias, algumas ficaram de fora porque o entrevistado não se abriu e daí eu não tinha história e outras porque eram boas, mas eu tinha histórias mais fortes.

Ao fim de todo o processo, encerrado com sucesso em cima da hora, no dia 24 de novembro, a certeza do dever cumprido. Na reportagem retratei, o mais fielmente possível, o sentimento e o mundo de cada um dos entrevistados, alegrias, tristezas, medo, desavenças. Levo o aprendizado de que o jornalismo pode ser mais.

Considerações finais

A experiência desse trabalho não foi apenas jornalística. É estranho passar por um processo eleitoral onde o tema da sua reportagem é motivo de briga entre candidatos e diminuição dos beneficiários. Engajei-me nesse processo e passei por inteligente para alguns e por louca para outros. Não consegui me calar ante as asneiras proferidas sobre o Programa.

Estudar o Bolsa me deu noção de uma política pública muito grande que ainda tem alguns defeitos, mas que aparenta ser gerida com muita seriedade e responsabilidade, pelo menos no âmbito federal. No âmbito estadual, principalmente no que diz respeito aos Cras, é muito complicado. É visível irregularidades, favorecimentos e desleixo, arrisco até dizer que existe uma prevaricação generalizada naquele ambiente, mas como não posso provar nada, preferi nem citar isso na reportagem.

O crescimento pessoal que esse trabalho me causou é sem tamanho. Apesar de ter sido uma filha do Programa eu estava me deixando contaminar pelos ambientes que frequento. Depois de ter contato com essas pessoas eu pude ver qual o lugar que eu mais me identifico. Aprendi a ser mais humilde e sensível. Prestar mais atenção e ter mais paciência com as pessoas, saber escutar e saber que cada pessoa tem o seu tempo.

Como jornalista foi um grande desafio. Eu não me achava capaz de escrever uma reportagem com a qualidade da que eu escrevi. Fiquei muito satisfeita, sei que tem problemas, mas fiz exatamente o que eu queria fazer, contei as histórias que eu queria e mostrei as pessoas, inclusive visualmente. Em alguns momentos não me sentia capaz de executar esse trabalho.

Aprendi que sem leitura é de fato impossível escrever, e que transformar sentimentos em palavras é uma das tarefas mais difícil do jornalismo, mas ao mesmo tempo uma das mais gratificantes.

Finalizado todo o processo de construção da reportagem, foi possível compreender, que mais importante do que os números aqui apresentados, são as histórias de cada uma das pessoas que de algum modo, encontraram meios de sobreviver. Eu aprendi muito com essas pessoas e seria muito feliz se pudesse fazer isso todos os dias da minha vida. Eu gosto de estar perto das

pessoas e sei que nem todas as histórias são positivas, mas deixe para o jornalismo convencional fazer mais do mesmo e nessa reportagem eu não fiz jornalismo convencional.

Referências

ALECRIM, Michel. Entrevista, Istoé, ed.: 2314, mar. 2014.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Bolsa Família: tutela ou emancipação?. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

ANANIAS, Patrus. Emancipar, essa palavra. Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/artigos/emancipar-essa-palavra>. Acesso em 26 jun. 2014.

BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise. Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006. Brasília: Opinião Pública, 2010.

BIROLI, Flávia et al. O Lugar do Pobre no Jornalismo Brasileiro. Curitiba: Compolítica, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2002. Minas Gerais: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2010.

DORETTO, Juliana et al. Fora da Ordem Eleitoral: A Cobertura das Políticas Públicas Sociais em "Folha" e "Correio" em 2010. São Paulo: Revista Anagrama, 2012.

HERNANDES, Nilton. Verdade, objetividade, realidade... revendo conceitos. *Amídia e seu truques*– o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter aatenção do público. São Paulo: Contexto, 2006. p.17-36.

IJUIM, Jorge Kanehide. *Jornal escolar e vivências humanas – um roteiro de viagem*. (Tese de Doutorado). São Paulo: ECA/USP, 2002.

LAGE, Nilson. *A estrutura da notícia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999. *A reportagem*: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 4. ed. Rio deJaneiro: Record, 2004.

LANDINI, Tatiana Savoia. Violência Sexual Contra Crianças na Mídia Impresa: Gênero e Geração. Campinas: Cardenos Pagu, 2006.

LEMOS, Lis Carolinne. O Uso Político do Aborto nas Eleições 2010: Primeiras Considerações. Pernambuco: UFPE, 2012.

MAIA, Marta et al. Como repensar o jornalismo a partida da pauta social: relexões sobre os desafios da cobertura de políticas públicas pela mídia. Ponta Grossa: UEPG, 2011.

MANTOVANI, Denise Maria. A cobertura Jornalística do Bolsa Família - Um estudo de caso da interação entre os campos político e jornalístico. Brasília: UnB, 2009.

MAZER, Dulce. Jornalismo e políticas públicas para as mulheres: a promoção de pautas da agenda social nas redes da internet e na imprensa em geral. Londrina: Comunicações Científicas, 2012.

MEDINA, Cremilda. Narrativas da contemporaneidade, caos e diálogo social. In: MEDINA,Cremilda; GRECO, Milton (orgs.).*Caminhos do Saber Plural* : dez anos de trajetória. SãoPaulo: ECA/USP, 1999. p. 23-36.

MEDINA, Cremilda (1995), Entrevista – o diálogo possível. São Paulo: Ática.

SPOSATI, A. O. et al. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. O Impacto do Programa Bolsa Família: Mudanças e Continuidades na Condição Social das Mulheres. Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: Bolsa Família e Assistência Social. / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007.

WETZEL, Deborah. Bolsa Família e a revolução silenciosa no Brasil. The Wold Bank, Brasília, 4 nov. 2013. Disponível em : <http://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2013/11/04/bolsa-familia-Brazil-quiet-revolution>. Acesso em 26 jun 2014.

8. Anexos

8.1. Cronograma

Produto

Concepção da ideia do projeto: durante a disciplina de pré-projeto, de maio a julho de 2014

Leituras: maio a setembro de 2014

Apuração: julho a setembro de 2014

Entrevistas: setembro a novembro de 2014

Elaboração do memorial descritivo: outubro e novembro de 2014

Produção da reportagem: novembro de 2014

Apresentação do produto para a banca: dezembro de 2014

8.2 Orçamento

Ligações telefônicas para o nordeste: R$ 50

Deslocamento para entrevistas: R$ 70

Impressão e encardenação do memorial e produto: R$ 40

Total: R$ 160

Reportagem

Uma roda se forma, cada mulher puxa uma cadeira, as que não encontram onde sentar se apoiam na mureta da varanda de Maria de Lourdes, mais conhecida como Rosa, que com 71anos é mãe e avó de todas que estão ali. Rosa faz questão de sentar também. Todas estão com recibos bancários nas mãos e reclamam que em outubro "não veio o dinheirinho todo". O caos se instala, todas falam ao mesmo tempo. Aparece Antônio Silva, 73 anos, o pai da família coloca ordem na mulherada e sai em direção ao quintal.

Na área rural Boa Esperança, a 55 quilômetros de Brasília, nas proximidades de Ceilândia, quase no limite do DF com Santo Antônio do Descoberto em Goiás, mora a família Alves da Silva. Antônio e Rosa são pais de 10 filhos, todos nasceram na Boa Esperança e moram na mesma propriedade. "Aqui terra é muito cara. A gente mora aqui desde novinho e depois que os meninos cresceram o velho dividiu nossa terra e deu um pedacinho para cada filho fazer uma casinha", conta Rosa.

Madalena, de 40 anos, toma a palavra. Explica que o dinheiro que não veio é referente à complementação que o Governo do Distrito Federal faz ao Bolsa Família. Esse aditivo faz parte do Programa "DF Sem Miséria" e visa diminuir a extrema pobreza no Distrito Federal. A irmã, Aparecida de 48 anos, reclama. "Eles não explicam nada, no papel só vem dizendo que tem que levar menino para pesar e fazer o recadastramento. Sobre o dinheiro eles não falam nada". Como sua única filha tem 24 anos, Aparecida recebe R$ 80, mas mostra no comprovante de outubro o valor de R$ 35. "Mesmo esse valor é muito bom, né? Mas se vier o que vinha ou um pouco mais é muito melhor".

O problema com folha de pagamento foi generalizado no Distrito Federal em outubro. Segundo representantes do Centro de Referência da Assistência Social (Cras), o GDF não repassou o valor referente ao programa "DF sem miséria" no mês, mas que o repasse já foi feito e os pagamentos já foram realizados.

Madalena recebeu este mês R$ 147, quando normalmente recebe R$ 307. Esse dinheiro é crucial para ela, que cuida sozinha dos três filhos. "Depois que o meu marido morreu o Bolsa Família tem sido o meu alívio. É difícil admitir, mas hoje eu realmente dependo desse dinheiro

para viver". A morte do marido é recente. Madalena é uma mulher alegre, mas sempre se emociona quando citam o "finado" Divino. Ele morreu há 6 meses e ela, que só o ajudava nas coisas da roça, passou a trabalhar como diarista, duas vezes na semana, em uma grande chácara que fica na entrada do Setor Boa Esperança. "A vida sem meu marido é muito difícil, ele que trazia o dinheiro para dentro de casa e morreu do coração, foi tudo muito rápido". Com o dinheiro de outubro, Madalena diz que usou o dinheiro repondo material escolar dos três filhos que tinha acabado.

As irmãs são unânimes ao definir o maior sonho: ver os filhos formados na faculdade. Para isso elas esperam contar com uma bolsa de estudos ou ajuda do Governo. Aparecida é a inspiração. Ela adora falar da sua filha. Nathália engravidou aos 17 anos, mesmo assim terminou o ensino médio e agora cursa a faculdade de Direito por meio do Programa de Financiamento Estudantil (Fies). "Ela é muito determinada, pega o ônibus 7h, sempre chega atrasada. Fica estudando a noite toda, fazendo trabalhos. Tem dia que não tem dinheiro nem para lanchar porque tem que imprimir trabalho. Essa época que as mangueiras estão carregadas ela sai catando para levar", conta a mãe, transbordando orgulho.

No outro ponto está Ana Maria, 42 anos. Ela trabalha como doméstica e tirou os filhos de 16 e 19 anos da escola para ajudar nas despesas da casa. Ana Maria se defende. "Esses meninos nunca foram muito bons na escola e eu precisava deles trabalhando, o dinheiro que eles trazem para casa estava fazendo falta". Madalena contesta. "Meus meninos podem até não virar nada na vida, mas da escola eu não tiro, não acho justo tirar as oportunidades deles". Ana Maria se irrita com as críticas e vai embora xingando as irmãs.

A região é afastada e o sistema de transporte é precário. Saem todos os dias ônibus para Ceilândia e Taguatinga, cada linha com quatro viagens. Rosineide, de 39 anos, diz que o sistema de transporte atrapalha principalmente na hora de conseguir emprego. "Meu filho de 19 anos tentou trabalhar no shopping lá de Taguatinga, mas não deu. O último ônibus de Taguatinga para cá sai às 20h. Como pode trabalhar no shopping? É dolorido ver essa nova geração tendo que se acabar aqui dentro do mato".

Mesmo com todas as dificuldades, elas sabem que o único jeito de mudar a vida é estudando. Wilma, 43 anos, voltou para a escola, está cursando o terceiro ano. "Nossa mãe

estuda comigo. Acho que isso não vai me ajudar a arrumar emprego, ainda mais na minha idade, mas eu vou ter mais dignidade".

Outra irmã, Paula, 34 anos, tem dois filhos na escola, um de nove e outro de seis anos e recebe R$ 260 de benefício, mas este mês pegou R$ 147. Ela se orgulha em dizer que o mais velho nunca reprovou e que o caçula já sabe ler e escrever. "Eles estudam na escola integral e lá se aprende as coisas rapidinho". Ela trabalha como diarista e o marido é ajudante nas chácaras da vizinhança. "Eu vejo esse povo que diz que se a gente não recebesse o Bolsa Família ia morrer de fome. Eles pensam que a gente vive só com esse dinheirinho. Ajuda, mas se a gente não trabalhar a gente não come, porque só esse dinheiro não dá para viver", desabafa Paula.

Além das dificuldades pertinentes à criação de uma política pública de grande abrangência, um dos maiores desafios enfrentados pelo Bolsa Família, nesses 11 anos de existência, é o preconceito. "Eram especulações sobre como as famílias usariam o dinheiro, se as pessoas se acomodariam, se o Programa seria usado de forma eleitoreira. O preconceito trava o espectro de visão das pessoas, elas só querem falar sobre o que está errado", é o que explica a Secretária Adjunta de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Letícia Bartholo. "O Programa tem resultados extremamente positivos. O Bolsa é muito criticado internamente, mas reconhecido mundialmente".

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda que atua em três eixos principais. O primeiro é o alívio imediato da pobreza, entregando uma quantia em dinheiro para as famílias. O segundo é o cumprimento das condicionalidades ligadas à saúde e educação. O outro eixo são ações complementares para o desenvolvimento da família. "Quando passamos renda para uma família com crianças contribuímos para que aquela criança se alimente bem e com isso tenha sua cognição desenvolvida e possa aprender direito. Isso aliado com a frequência escolar e integração de outras políticas públicas atua no rompimento da pobreza entre gerações", explica Letícia.

A participação no Programa depende da renda, o rendimento da família deve ser de até R$ 77 por pessoa quando não tem crianças e de até R$ 140 por pessoa em família com crianças ou adolescentes. O valor do benefício varia de acordo com a composição da família e idade das pessoas. O valor mínimo que pode ser recebido é o de R$ 77.

Para continuar recebendo o benefício a família tem que manter crianças e adolescentes na escola. No ensino fundamental é necessário 85% de presença e no ensino médio 75%. É necessário também manter o cartão de vacina das crianças atualizado e atendimento médico em dia. Para as grávidas o atendimento pré-natal é obrigatório.

Chegar ao Córrego das Corujas, outra área rural do DF, é uma aventura. O primeiro desafio é encontrar a estrada de terra que leva até a região. As ruas esburacadas do setor P norte, a 37 quilômetros de Brasília, levam a um matagal tomado por lixo. Entre mato e entulhos é possível ver uma placa que indica a direção da única escola do local e o começo da estrada de terra. É impossível aumentar a marcha e quando um carro se aproxima no sentido contrário é preciso fechar as janelas. Durante quatro quilômetros só se vê uma vegetação alta e seca, logo depois aparecem as primeiras propriedades. São pequenas chácaras com área de aproximadamente dois mil m² cercadas de arame farpado e portões de madeira improvisados.

Lucilene e os três filhos moram em uma casa simples e quase sem mobília. Apesar de ter 30 anos, as manchas de sol, os fios brancos e as rugas ao pé dos olhos dão a impressão de uma mulher de 45 anos. Olhar nos olhos parece ser um desafio que não será vencido em poucas conversas.

O pai das crianças foi embora quando ela engravidou do filho mais novo. “Ele foi e me deixou com o menino na barriga, só disse que não queria mais viver aqui. Eu fiquei sem nada, sem ter como trabalhar e vivia com a ajuda de parentes”, conta Lucilene.

A piauiense é analfabeta e veio para o DF com o pai das crianças. Aqui no DF nunca trabalhou. “Ele dizia que lugar de mulher é em casa cuidando dos filhos”. Ela recebia o Bolsa Família e em 2012 foi tirada do programa. Na época, ela não foi saber o motivo do cancelamento. “Achei estranho, mas o Cras é tão longe e as coisas são tão demoradas que eu nem fui. Eu também não sei andar na cidade”.

O benefício dela havia sido cortado por falta de recadastramento e ela voltou para o programa há menos de um ano, recebendo o valor de R$ 198, por meio da busca ativa realizada pelo MDS. A busca ativa é um compromisso no qual o governo assume o desafio de encontrar as pessoas em situação de extrema pobreza que não são beneficiárias, aquelas que têm pouquíssimo acesso à informação ou que não sabem que têm direito ao Bolsa Família. Desde

que foi criada, a busca ativa já identificou e incluiu mais de 1,2 milhão de famílias no Programa. O objetivo é incluir mais 300 mil famílias que possuem perfil para o Programa. No DF, uma das parceiras nessa busca é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater) que atua na área rural.

O gerente da unidade de Ceilândia, Aécio Prado, explica que o acordo com o MDS é para que a empresa faça o rastreamento e ateste a situação de vulnerabilidade das famílias e, então, faça o encaminhamento para o Cras. “A princípio os dados vieram do Cras, mas não foi efetivo, então fomos até às escolas e conversamos com a diretora e professores e eles apontaram as crianças mais vulneráveis”, explica Prado. Mas com o tempo a principal função da parceria se alterou “Percebemos que no DF as pessoas têm informações sobre os programas. Não encontramos famílias que nunca tinham recebido o Bolsa por falta de informação”, Prado explica que constataram que o problema é outro. “Aqui na área rural ainda temos muitas pessoas analfabetas que, por causa disso, perdem o prazo de recadastramento. Encontramos algumas famílias que tinham saído do Programa por causa disso e ajudamos com que elas voltassem”.

A poucos metros da casa de Lucilene mora Valéria Souza e Valdeci dos Santos. A propriedade é grande. Uma pequena casa de tijolos sem reboco se destaca no meio da terra vermelha da região. Do lado direito da casa, uma horta de aproximadamente 40 m² fornece alface, couve, cebolinha e coentro. Do lado esquerdo, plantação de mandioca e bananas.

Grudada nos pais sempre está a esperta Sulamita, de 5 anos. Ela observa tudo com seus olhos grandes. A pequena cicatriz nos lábios e a dificuldade da fala são consequências de uma má-formação congênita denominada fenda palatina.

A filha mais velha do casal, Talita de 12 anos, tem dificuldades de aprendizado e ainda cursa o 4° ano. Neste ano ela começou a frequentar uma escola de ensino integral e fazer acompanhamento psicopedagógico. “Os professores falaram que ela melhorou muito, a gente não sabe, eu só estudei até a quarta série e ele só sabe escrever o nome”, conta Valéria.

A mãe, de 32 anos, cuida da casa e da filha que ainda não frequenta a escola. Santos, de 50 anos, faz pequenos bicos nas chácaras da região e no seu quintal planta hortaliças, mandioca, banana, além de criar galinhas, porcos e peixes. O Bolsa é a única renda fixa da família. Eles recebem R$ 312 por mês e o dinheiro é usado basicamente com alimentação. “Compro um

alimento, um gás, uma sandália. Qualquer coisa que precisar, mas mais o alimento", conta Valéria.

Santos é sorridente e mostra com orgulho as coisas que conseguiram comprar depois do Programa. "A gente não tinha televisão aqui, nós compramos e pagamos tudinho com o dinheiro do Bolsa. A geladeira, o fogão e o guarda roupa também compramos assim. Sem ele a gente não podia fazer prestação. Tem mês que conseguimos tirar um salário mínimo, mas tem mês que nem um real. Agora o dinheiro do Bolsa é certinho, sempre cai na mesma data".

Uma das características do Bolsa Família é a inserção das famílias beneficiárias na economia. Os gastos com o Programa representam apenas 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), para cada R$ 1 investido gira no consumo das famílias R$ 2,4 e é adicionado ao PIB R$ 1,78.

Para Santos, comprar tudo isso só foi possível porque o cartão está no nome da esposa e ela sabe administrar o dinheiro. "Os homens têm mania de desviar o dinheiro, se é para a família tem que ser entregue à mulher. Minha mulher sabe tudo que tem que fazer certinho, se fosse eu, acho que ia acabar errando".

No extremo oposto do DF, na região administrativa do Itapoã, a 28 quilômetros da Capital Federal, fica a residência de Francisca Fonteneles. Domingo de sol, o calor e a sensação de seca tomam conta da cidade. Francisca parece dormir um sono tranquilo sobre um fino pano no bazar que mantêm na parte da frente de sua casa. Uma grande sala onde ela compra e vende roupas, sapatos e outros itens velhos. Logo ela senta e começa a reclamar das dores na "perna boa". Vítima de uma paralisia infantil, uma de suas pernas não se desenvolveu e ela faz tudo com a ajuda de uma muleta. "Uso só um lado que é para conseguir fazer as coisas, se não for assim, fico inválida".

Apesar das dores, Francisca não cogita a hipótese de procurar um médico. "Não gosto de médico, o último que eu fui disse que eu teria que usar duas muletas, olha que absurdo".

A sua casa é simples, sem cerâmica e nem reboco, jornais fazem as vezes de vidro para as portas e janelas, alguns retalhos de panos emendados passam por cortinas. O olhar é sempre distante e a cabeça levemente abaixada, parece viajar em uma tristeza profunda.

Com o tom meio ríspido fala que não sabe mais nada do Bolsa Família. “Assim que a Dilma entrou, eles me cortaram do Programa, disseram que eu tinha uma renda boa”, conta Francisca. “Recebi o benefício quase cinco anos e me tiram assim”.

Francisca e os dois filhos, um de 15 e outro de 12, vivem com o salário da aposentadoria que ela recebe por invalidez. São R$ 724 por mês. O pai dos seus filhos morava com ela, mas há oito anos ela mandou ele embora de casa e nunca mais teve notícias.

A renda da família dividida pelo número de membros dá a quantia de R$ 241, renda que, segundo o MDS, não seria suficiente para tirá-los do Programa. “A pessoa pode ter um aumento de renda até meio salário mínimo e permanecer no Programa até dois anos. Para que ela tenha uma segurança de que entrou de fato no mercado de trabalho ou que não está mais na situação extrema”, explica a secretária de Igualdade do MDS, Letícia Bartholo.

No Cras do Itapoã a informação fornecida é de que os registros de Francisca precisavam ser analisados com calma, mas confirmam que se a única renda que ela declarou foi a da aposentadoria ela não deveria ter saído do programa. Porém, agora nada pode ser feito já que a renda para entrar no programa tem que ser de até R$ 154 por pessoa.

Francisca afirma que quando foi ao Cras eles disseram que não tinha nada de errado. “Desisti de ficar indo lá, não quer dar? Eu me viro. Lá no Cras fica parecendo que estamos nos humilhando, pedindo um favor.”

Um grito na porta chamando o nome do seu filho mais novo coloca uma feição de desespero no rosto de Francisca. A voz é de uma adolescente, não mais que 13 anos. O menino responde e se dirige para a mãe gritando. Diz que vai matar o irmão que havia mexido no cinto dele. É nítido o desconforto da mãe, que fica ainda mais inquieta quando o filho sai.

Agora com a cabeça totalmente baixa ela conta que o problema não é ter saído do Bolsa Família e sim de terem tirado ela do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). “Agora eu preciso de ajuda para colocar esse menino em alguma atividade no contra turno da escola, já teve a indicação de urgência do assistente social, mas não consigo a vaga porque não faço mais parte do cadastro”. O temor no rosto da mãe e a urgência em conseguir a vaga se explicam quando ela sussurra “Ele está mexendo com drogas”.

Quem não precisa devolve

O Bolsa Família é um programa de reconhecimento mundial. Em 2013 ganhou o I Prêmio por Desempenho Extraordinário em Seguridade Social, pela Associação Internacional de Seguridade Social e teve o seu modelo de implantação e gestão adaptado em 19 países do mundo, como por exemplo Chile, México, África do Sul, Índia e Marrocos. Segundo o Banco Mundial, o Programa tem a combinação perfeita para incentivar os beneficiários a trabalhar: baixo valor transferido ligado a condicionalidades na área de educação e a integração de outras políticas públicas.

Foi aproveitando esses incentivos que Neiva Oliveira encontrou a porta de saída do Programa.

A baiana de 51 anos foi uma das primeiras mulheres a receber o Bolsa Família em Salvador. Mãe de três filhas nunca contou com a ajuda dos pais e criou as meninas com muito trabalho e com a natural alegria baiana. Quando começou a receber o benefício, em 2004, estava desempregada e vivia de bicos. “Eu fazia uma faxina aqui, lavava umas roupas ali, fazia algumas tranças acolá e daí eu levava a vida e criava minhas meninas”, conta.

A auxiliar administrativa devolveu o benefício em 2011 e na época afirmou “O benefício me ajudou muito, mas não acho justo ficar com ele agora que já não preciso mais”.

O maior orgulho de Neiva é ver as três filhas trilhando o caminho do ensino superior. A filha Rebeca, de 27 anos, está no 7° semestre de enfermagem. Fabiana, de 24, cursa administração e trabalha na Nestlé, empresa onde pretende fazer carreira. Já Priscila, de 22 anos, é casada e teve que trancar a faculdade de medicina veterinária para cuidar do filho recém-nascido, mas a mãe garante “em 2015 ela volta a estudar, quero ver minhas três filhas formadas”.

As meninas da Neiva estudam com Bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni). Neiva também está cursando o ensino superior com uma bolsa. Ela está no 2° semestre de Arquitetura e Urbanismo “Em 2012 eu fiz um curso de desenho e topografia no

Pronatec e vi que gostava da coisa, fiz o Enem em 2013 e agora consegui uma bolsa na UniJorge", conta.

Outra família que também se orgulha de ter devolvido o cartão do Programa é a de Ana Paula Bezerra, que devolveu o benefício no dia 22 de julho deste ano, em Guamaré, cidade de cerca de 13 mil habitantes distante 156 km de Natal, Rio Grande do Norte.

Ana Paula, 26 anos, começou a receber o programa quando seu primeiro filho, Samuel de seis anos, tinha acabado de nascer. Ela e o marido estavam desempregados e os R$ 90 fizeram a diferença na sua família. Quando nasceu Nicolas, hoje com dois anos, o benefício aumentou para R$112 e no dia da entrega do cartão ela estava recebendo R$147. "O Bolsa Família foi muito importante. A gente estava sem emprego e o dinheiro ajudou muito", afirma Ana Paula.

No último ano, a vida da família deu uma guinada. Jesenílson Bezerra, marido de Ana, fez um curso de técnico de eletricidade em um Instituto Federal, sendo contratado assim que terminou, com um salário de R$ 2,5 mil. Ana Paula também conseguiu emprego, trabalha como digitadora da prefeitura e recebe um salário de R$ 780. Com a nova renda o casal conseguiu terminar de reformar a casa de dois quartos e comprar eletrodomésticos e eletrônicos. "Já temos uma vida muito boa, agora nós queremos comprar um carrinho e eu quero fazer uma faculdade, acho que administração", conta Ana Paula.

Sobre o ato de entregar o cartão, ela nos conta que foi algo natural: "o Bolsa Família foi muito importante. A gente estava sem emprego e o dinheiro ajudou muito. Como conseguimos trabalhar e nossa vida mudou, achei justo devolver o cartão. Não ia passar para outra pessoa receber. Preferi ir ao Cras e entregar. Graças a Deus não preciso mais, agora vou contar essa história para os meus meninos para que eles tenham orgulho da gente e lutem para manter o que conquistamos."

Histórias como as de Neiva e Ana Paula não são esporádicas. Em 10 anos de programa 1,7 milhão de pessoas foram aos Cras e devolveram o benefício por conta própria, esse número significa 12% de todos os beneficiários. . Hoje, cerca de 406 mil ex-beneficiários viraram micro-empreendedores.

O desenvolvimento de dons naturais e a entrada no mundo dos negócios se deve muito aos cursos de capacitação profissional oferecidos a toda a população por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), mas onde beneficiários do Bolsa Família têm preferência. Em 2013, das 918 mil vagas oferecidas pelo Pronatec aos beneficiários do Programa, 750 mil foram ocupadas.

Além das famílias que devolveram o benefício por conta própria, outras seis milhões deixaram de receber o Programa. Os motivos são os mais variados, mas passam por aumento de renda, não comprimento das condicionalidades e revisão cadastral não concluída.

Uma geração Bolsa Família

O Programa já formou uma primeira geração de beneficiários. Dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2012 apontam que os estudantes do Bolsa Família têm desempenho escolar melhor e menor taxa de abandono. No Ensino Médio, a taxa de aprovação dos beneficiários do Bolsa Família é de 79,9%, enquanto a média nacional é de 75,2%. A taxa de abandono é de 7,1% entre os beneficiários do programa, ante 10,8% da média nacional. No nordeste a diferença é ainda maior, a desistência de beneficiários fica na casa de 7,7% enquanto a média dos outros estudantes é de 17,8%. “Nós temos pela primeira vez no país os alunos do Bolsa Família, que são os alunos mais pobres, chegando ao ensino médio, com rendimento superior ao dos outros alunos da escola pública”, explica Letícia Bartholo.

Núbia Cardoso, 22 anos, é bastante tímida e se mostra entrigada. Ela é a segunda da família a ingressar no ensino superior e cursa o primeiro semestre de psicologia no IESB com uma bolsa integral do ProUni. São seis irmãos e todos já estudaram mais que a mãe, que só terminou o ensino fundamental. A mãe de Núbia trabalha como doméstica e o pai não participava da rotina da família.

Ela lembra que sua mãe usava o dinheiro do Programa basicamente para comprar alimentos, gás, materiais e roupas. “Eu não consigo associar o recebimento do Bolsa Família com a minha história de vida. Esse programa veio mais para auxiliar nas necessidades básicas

da minha casa, basicamente alimentação mesmo", explica. "O benefício não ajudou a pagar escola porque eu sempre estudei em escola pública. Só tinha a exigência de presença, a aprovação dependia só de mim".

A jovem conta que seus estudos foram perto de casa, com pessoas da mesma realidade que ela. "Eu sempre estudei em Samambaia, a educação costuma ser pior, mas ir para outra cidade não era viável. Aqui as pessoas são mais pobres e era raro encontrar quem não recebia o Programa. Dia de exame praticamente não tinha aula, saía a sala toda".

Apesar da sua gratidão ao Programa, Núbia acredita que existe problemas. "Fico vendo o desespero das pessoas com esse Programa. Ele gera um comodismo e tem muitas mães que engravidam para aumentar o dinheiro do Bolsa. Mas sei que, apesar de todos terem condições de trabalhar, algumas pessoas realmente não teriam outra forma de sobrevivência e é obrigação do Estado garantir para essas pessoas alguma dignidade".

Segundo dados do MDS, 75% dos adultos inseridos no Bolsa Família trabalham, mesmo que no mercado informal. Análise feita com base nos Censos populacionais de 2000 e 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que o grupo de mulheres mais pobres, a classe social beneficiada pelo Programa, apresentou recuo de 30% no número médio de filhos, enquanto a média nacional foi de 20,17%.

Quando foi lançado, os idealizadores e estudiosos do Programa fizeram previsões de melhoras no nível educacional das famílias beneficiadas, mas a médio prazo. O primeiro objetivo alcançado foi um número maior de jovens terminando o ensino médio, mas não era esperado que tantas cursassem o ensino superior. "Além das melhorias que já esperávamos, o Bolsa nos trouxe inúmeras surpresas positivas, entre elas podemos destacar o número de filhos do programa que estão pulando etapas, saindo de pais analfabetos ou semi-alfabetizados e estão indo para o ensino superior", conta Letícia.

Pabllo Vieira, 22 anos, mora em uma casa de dois quartos com seu irmão, de quatro anos, seus pais e um primo de 16 anos. Ele estudou em escolas públicas de Taguatinga e está cursando o 7° semestre de letras na UnB. Seus pais estudaram até a quarta-série. O pai é cortador de mármore e a mãe trabalha como doméstica.

Na casa de Pabllo o dinheiro foi investido basicamente nos seus estudos. “A renda nunca foi alta, mas meus pais trabalhavam, então o dinheiro do Bolsa era todo investido em mim. O dinheiro era empregado em materiais escolares, cursos e gastos da escola”. Durante o ensino fundamental ele foi beneficiário do Bolsa e conta que muitas vezes se sentiu incomodado com os olhares dos colegas de classe. “Eu estudava no CEF 11 em Taguatinga e lá as pessoas eram muito diferentes na questão social. Nos dias que as equipes iam à escola pesar, fazer exame de vista e essas coisas, só chamava eu e mais uma ou duas pessoas. Era constrangedor porque eu sentia os olhares e escutava os risinhos, éramos caracterizados como coitadinhos”.

Ao terminar o ensino médio ele não sabia que curso faria, queria licenciatura, mas tinha dúvida entre Química e Letras. “Escolhi Letras Português e já estou pensando na segunda graduação, ainda não sei se vai ser Letras Espanhol ou História, gosto das duas.

Além de estudar, Pabllo faz decoração de festas infantis e aluga uma cama elástica que comprou há três meses. “Sempre fui muito ativo, comecei a estagiar com 15 anos e já trabalhei em muitos lugares, já fiz muitas coisas e quero fazer outras tantas”.

“Eu acho que o Bolsa Família é um importante programa de renda, sou super a favor. Minha única crítica é no sentido de existir uma educação financeira para que as pessoas consigam encontrar mais rápido a porta de saída do Programa”, conta.

Para Letícia Bartholo, resultados como o de Núbia e Pabllo são reflexo de anos de trabalho e aperfeiçoamentos no Programa. “O Bolsa família contribuiu para que as pessoas tivessem mobilidade social e junto com outras políticas públicas para que elas de fato ingressassem na universidade. Se o programa fosse feito sozinho e não se aprimorasse ao longo dos anos, com certeza não teríamos esses efeitos”.